



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141472 - PR (2021/0011296-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : CARLOS HENRIQUE DOS ANJOS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : LEANDRO MORATELLI BATISTA - PR079801
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS HENRIQUE DOS ANJOS DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0054364-03.2020.8.16.0000).

O recorrente está preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de participação em organização criminosa majorada (art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/2013) e de associação para o tráfico de drogas (art. 35, c/c o art. 40, inciso VI, da Lei n. 11.343/2006).

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não há provas da existência dos crimes e nem há indícios suficientes da autoria delitiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta ao recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fl. 113):

E, ao contrário do que alega a defesa, a segregação cautelar do ora paciente ainda se revela necessária e tem base legal. De acordo com o que consta dos autos e da decisão acima, CARLOS integraria organização criminosa com mais de 50 pessoas, sob supervisão da facção PCC, figurando o paciente, em tese, como vendedor de drogas no varejo, havendo menções expressas nas interceptações telefônicas ao comércio ilícito que por ele, em tese, era desenvolvido em conluio com outros acusados. Consta, ainda, que o bando envolvia adolescentes e mulheres grávidas ou com filhos pequenos na traficância e era altamente estruturado, com o controle e/ou atuação no narcotráfico em várias cidades da região. Como se vê, o cenário fático deixa clara a gravidade concreta dos fatos e espelha a periculosidade do agente, legitimando sua contração para resguardar a ordem pública, inclusive como

forma de interromper as atividades do grupo criminoso.

Outrossim, ressalte-se que tais fatos não são isolados na vida de CARLOS, o qual, conforme destacado no decreto preventivo e na decisão que manteve sua prisão cautelar nos autos nº 0000278-51.2020.8.16.0172, é reincidente específico em infração da Lei nº 11.343/06, com condenação anterior por tráfico de drogas (autos nº 0002600-83.2016.8.16.0172), além de possuir outras duas ações penais em curso, por furto (autos nº 0000225-75.2017.8.16.0172) e receptação (autos nº 0000838-32.2016.8.16.0172), o que, além da periculosidade, denota fundado receio de reiteração delitiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência